



ESTADO, POBREZA E POLÍTICA SOCIAL: breves reflexões

POLO, Daniela Brun¹

RESUMO: Este artigo é fruto das discussões realizadas no Programa de pós-graduação (mestrado) em Serviço Social da Unioeste campus Toledo. Tem como objetivo central realizar reflexões sobre o Estado, as políticas sociais e o Serviço Social. A metodologia utilizada na construção do artigo foi através da pesquisa bibliográfica, a qual teve como base pensar a constituição do Estado, em especial o Estado burguês. Entender, a partir do modo de produção capitalista, a “questão social” e as políticas sociais constituídas no sentido de minimizar as expressões da “questão social”, mas também, para que haja a reprodução do mercado de trabalho, bem como a perpetuação do capitalismo. Por fim, apresenta-se o campo das políticas sociais como área fundamental de atuação do/a assistente social, bem como de apresentando como seu objeto de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; políticas sociais; serviço social; “questão social”.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto do processo de mestrado da referida autora, sendo ainda alguns apontamentos não definitivos para a construção final da dissertação, ou seja, são reflexões preliminares que servirão como apoio para o processo de construção final dos resultados de pesquisa. Ainda, teve como eixos norteadores as discussões realizadas na disciplina “Fundamentos da Política Social”, ministrada no curso de pós-graduação strictu sensu de Serviço Social, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus Toledo, no ano de 2021.

Num primeiro momento, objetivou-se apresentar o Estado e como este é formado, destacando seu caráter burguês no modo de produção capitalista, ou seja, o Estado de classes, apontando que, para que não tenha imposição de uma classe sob a outra é necessário a sua supressão.

Após isso, será mostrado um dos principais problemas da sociedade no modo de produção capitalista: a pobreza. Demonstrar suas dimensões, como ela se apresenta neste

¹ Mestranda do Programa de pós-graduação strictu sensu de Serviço Social, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus Toledo; danibpolo@gmail.com.



modo de produção no mundo e principalmente no Brasil, para então realizar uma breve consideração sobre sua existência e permanência no caso brasileiro.

Num terceiro momento irá ser realizada uma breve discussão sobre as políticas sociais, como objeto de trabalho/instrumental dos/as assistentes sociais no mercado de trabalho e sua direta relação com a pobreza e as expressões da “questão social”.

Por fim, será realizada uma breve análise do que foi apresentado e discutido no presente artigo.

O ESTADO

“A questão do Estado assume, em nossos dias, particular importância, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista prático.” (LÊNIN, 2007). A assertiva de Lênin, no prefácio da primeira edição de “O Estado e a Revolução”, escrito em 1917, apresenta-se mais atual do que nunca. Na história da humanidade existiram diferentes tipos de organização e diferentes modos de produção (escravista, feudal, capitalista), é importante entender que em cada uma delas o Estado assume uma configuração particular e também um modo particular de cumprir sua função. Este trabalho irá enfatizar o Estado no modo de produção capitalista, lógica da sociedade atual e que predomina em praticamente todo planeta.

Nos processos de mudanças nos estágios de desenvolvimento dos modos de produção, na sequência da dissolução da ordem feudal e do trabalho servil (com a eliminação das terras comunais, sua transformação em propriedade privada, o assalariamento da força de trabalho o crescimento da produção de mercadorias), surgiu o capitalismo.

O capitalismo é uma forma de organização social; é um sistema econômico que tem como principais características: a propriedade privada dos meios de produção, a divisão da sociedade em classes, o trabalho assalariado e a transformação de todo conteúdo social em mercadoria.

Engels (2009) faz uma análise da relação entre família, propriedade privada e a origem do Estado. O autor expõe três fases do desenvolvimento social: O *Estado Selvagem*, a *Barbárie*, e a *Civilização*. Conforme o autor, a *Civilização* é o período em que o homem amplia e complexifica a elaboração dos produtos naturais. Com o desenvolvimento da produção: divisão social do trabalho, propriedade privada, e a produção do excedente, passa a existir uma classe que explora e outra que é explorada.

Acabava de surgir, no entanto, uma sociedade que, em virtude do conjunto de suas condições econômicas, havia sido obrigada a dividir-se em homens livres e escravos, em exploradores ricos e explorados pobres, uma sociedade em que os



referidos antagonismos não só não podiam ser conciliados como ainda tinham que ser levados a seus limites extremos. Uma sociedade desse tipo não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e permanente dessas classes entre si ou sob a dominação de um terceiro poder que, aparentemente situado acima das classes em luta, reprimisse esses conflitos abertos e só permitisse que a luta de classes se travasse no campo econômico, numa forma dita legal. A organização gentílica já havia chegado ao fim de sua existência. Foi destruída pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes. Foi substituída pelo Estado. (ENGELS, 2009, p. 208).

Para Engels (2009), a propriedade privada gerou um conflito inconciliável, (entre classes) e para regular essa vida em sociedade se constituiu o Estado, instituído e legitimado pela classe dominante, maneira pela qual se perpetua no poder. Portanto, a divisão social do trabalho e a propriedade privada deram origem à sociedade dividida em classes, que por sua vez vai legitimar o surgimento deste aparato responsável pela “*regulação*” da vida social. Engels (2009) afirma que:

Como o Estado surgiu da necessidade de conter as oposições de classes, mas ao mesmo tempo surgiu no meio do conflito subsistente entre elas, ele é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, converte-se também em classe politicamente dominante adquirindo assim novos meios para a repressão e exploração da classe, oprimida. (ENGELS, 2009, p. 211-212).

Segundo Engels (2009), o Estado é uma força (aparentemente) externa da sociedade que se põe acima dela não para conciliar interesse, mas para garantir a dominação de uma classe por outra e, especialmente, garantir a perpetuação da propriedade privada. Um produto da sociedade de classes. O Estado, portanto, é resultado das relações de produção que, por sua vez, deram origem a uma forma diferente (da que existia até então) de estrutura e organização política e social.

O Estado não é, portanto, de modo algum, um poder que é imposto de fora à sociedade e tão pouco é “a realidade da ideia ética”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. (...) tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado. (ENGELS, 2009 p. 209-210).

O Estado é, em última instância, uma instituição/aparato que legitima o poder. A classe dominante se “apropria” do Estado para *regulamentar* a sociedade em prol de seus interesses. O Estado torna-se um aparato fundamental para o desenvolvimento das relações capitalistas.



Lênin também desenvolveu uma análise do Estado burguês, e baseado nos estudos de Engels afirma:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (LÊNIN, 2007, p. 25).

O Estado se desenvolveu a partir das desigualdades entre as relações econômicas e os conflitos de classes, objetivando assegurar e manter a dominação e a exploração de uma classe sobre a outra. Nesse sentido, o papel do Estado só pode ser objeto de análise se referido a uma sociedade concreta e à dinâmica contraditória das relações entre as classes sociais nessa sociedade.

Outra característica do Estado é a instituição de um poder público que já não corresponde diretamente à população e se organiza também como força armada. O exército permanente e a polícia são instrumentos fundamentais da força do poder estatal.

É, porém, impossível, porque a sociedade civilizada está dividida em classes hostis e irreconciliáveis cujo armamento "espontâneo" provocaria a luta armada. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental, põe em evidência como a classe dominante se empenha em reconstituir, a seu serviço, corpos de homens armados, como a classe oprimida se empenha em criar uma nova organização do mesmo gênero, para pô-la ao serviço, não mais dos exploradores, mas dos explorados. (LÊNIN, 2007, p. 28).

O armamento espontâneo tornou-se impossível desde que a sociedade dividiu-se em classes. Deste modo, institucionaliza-se o monopólio da força, somente o Estado pode armar-se. O núcleo do Estado passa a ser as forças armadas, o aparato jurídico e ideológico. Outro traço importante do capitalismo é a onipotência da riqueza. Para Lênin (2007), o imperialismo e o reinado dos bancos são os meios de manter e exercer a onipotência da riqueza. A república democrática assegura, pois, as condições favoráveis para desenvolvimento e manutenção do capitalismo.

Assim como para Engels (2009), para Lênin (2007), o Estado é um órgão de dominação de classe, representa o comitê executivo da burguesia, compreendendo a impossibilidade de conciliação entre as classes. Dessa forma, entendem a função do Estado enquanto aparelho repressivo de uma classe sobre a outra. Lênin (2007), alerta para as deformações do marxismo que afirmam que o Estado é o órgão da conciliação entre as classes:

Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram. (LÊNIN, 2007, p. 25-26).



A teoria da conciliação oculta o caráter revolucionário da teoria marxista. A partir do exposto acima, cabe ressaltar que o essencial na teoria marxista que é: a cisão da sociedade em classes irreconciliavelmente inimigas e a constituição do Estado como órgão de dominação de uma classe pela outra (daí a necessidade de suprimi-lo). Qualquer leitura que oculte esse caráter tende a ser uma deformação da teoria marxista. Por sua vez as deformações teóricas, neste campo, contribuem significativamente para a subordinação do proletariado à burguesia, pois esvaziam teoricamente o sentido da luta despolitizando-a. Enfraquecem e imobilizam a organização da classe trabalhadora.

No capitalismo, o Estado assume papel de regulador das relações, (entre as classes) com suas políticas, programas e projetos, organiza a reprodução das relações sociais, tendo assim, papel fundamental na reprodução do modo de produção capitalista. Com o desenvolvimento das forças produtivas, as desigualdades entre as classes vão tornando-se cada vez mais evidentes. E é por conta disso que as expressões da “questão social”, entre elas a pobreza, se intensificam e se reproduzem, pois para que a burguesia continue no poder, o Estado, como “comitê executivo da burguesia”, mantém o mínimo necessário para que a população se volte apenas para atender a necessidade básica de sua existência, a necessidade do estômago.

AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” E A POBREZA

Inúmeras abordagens analisam a “questão social”. A temática é alvo de atenção de diversos intelectuais (marxistas, reformistas, liberais, pós-modernos). São diversas as concepções, compreensões e interpretações acerca da temática. Sobre as origens² da expressão Castelo (2010, p. 90) afirma que, “a expressão [...] surgiu justamente quando, não por acaso apareceu a palavra socialismo”. Ainda sobre as origens do termo “questão social”:

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do *pauperismo*. (NETTO, 2011, p. 153, grifo do autor).

Importante destacar que a pobreza³ não é algo que nasceu no capitalismo, este é um fenômeno que surgiu com as primeiras formas de sociedade, entretanto em sociedades anteriores ao modo de produção capitalista, essa pobreza se dava por conta da “escassez e do precário desenvolvimento das forças produtivas” (PEREIRA, 2006, p. 238). No capitalismo, com o desenvolvimento industrial e o mercado de trabalho, a escassez não era

² Sobre as origens da “questão social” consultar: Iamamoto e Carvalho (2015), Netto (2011).

³ Neste artigo, pobreza e pauperismo serão tratados como sinônimos.



mais o motivo da pobreza, uma “a produção capitalista é simultaneamente produção polarizada de riqueza e de pobreza” (NETTO, 2007, p. 143).

Segundo Netto (2007), o crescimento econômico pode auxiliar na diminuição da pobreza, se, e somente se, esse crescimento for de longo prazo, houver uma política de redistribuição de renda efetiva e manter-se a inflação baixa. Se não houver esses três fatores ocorrendo simultaneamente, não haverá redução de pobreza, pelo contrário, apenas o crescimento econômico, leva apenas ao aprofundamento da desigualdade, exemplo disso foi o “milagre econômico” ocorrido no Brasil com a ditadura militar de 1964.

Sendo assim,

Com a industrialização e o advento do mercado de trabalho, a pobreza não mais se configurou pela escassez. As forças produtivas estavam mais desenvolvidas e produziam uma proporção cada vez maior de bens e riquezas. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, a pobreza aumentava na mesma magnitude que as condições de superação da escassez. (PEREIRA, 2006, p. 239).

Com a industrialização e o surgimento de duas classes antagônicas, a burguesia que detinha as posses dos meios de produção, e os trabalhadores, que possuía unicamente sua força de trabalho, há uma crescente luta por parte dos trabalhadores, os quais começam a usufruir da “cidadania” (Pereira, 2006). Com o chamado *Welfare State*, principalmente na Europa, há uma diminuição da pobreza, crescimento econômico e diminuição de desigualdades (Netto, 2007), além disso o *Welfare State* proporcionou segurança no trabalho e proteção social (Pereira, 2006).

Porém, nos anos 1970 e 1980 há um espraiamento do neoliberalismo pelo mundo, pode-se citar como exemplo a Inglaterra, de Margaret Thatcher e nos Estados Unidos, com Ronald Reagan. Esta lógica liberal prima pela redução do Estado, isso significou uma redução nos gastos sociais, uma primazia do mercado, enfraquecimento dos sindicatos e uma forte flexibilização no mercado de trabalho. Esta lógica voltou a culpabilizar os indivíduos por sua pobreza, desvinculando os pobres de direitos sociais. (Pereira, 2006); (Ugá, 2004).

No Brasil e na América Latina, de forma geral, neste período em que ocorreu o *Welfare State* nos países centrais, ocorre nos países periféricos o desenvolvimentismo, o qual entra em colapso nos anos 1980. Esse desenvolvimentismo ocorre pela via do endividamento externo, e foi neste contexto que o ideário neoliberal adentra e se espalha na América Latina, voltado para um tema central que foi a renegociação da dívida externa.

Nesse mesmo período, em Washington, um grupo de economistas – do International Institute for Economy – pensavam o que deveria ser feito para que a América Latina conseguisse sair da crise (estagnação, inflação, dívida externa) em que estava inserida e retomar o crescimento. De uma reunião de 1989, voltada para discutir



essa questão, elaborou-se consensualmente um conjunto de propostas de políticas e reformas requeridas para a “salvação” latino-americana. A esse conjunto [...] chamou[-se] de “Consenso de Washington”, cujo receituário de políticas foi utilizado pelos organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial etc. – como condicionamento para a realização da tão requisitada renegociação da dívida externa dos países latino-americanos. (UGÁ, 2004, p. 56).

Assim, é a partir do Consenso de Washington que há um alastramento do ideário neoliberal na América Latina. no Brasil isso aconteceu com grande impacto no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Destarte, no que diz respeito ao Brasil, Pereira (2006), nos mostra que o país não é um país pobre, porém devido à desigualdade estrutural existente, o torna um país com altos índices de pobreza.

[...] o problema brasileiro no combate à pobreza não é a escassez de recursos, mas sim a extrema desigualdade, a ineficácia da maioria das políticas sociais vigentes e, principalmente, a impossibilidade política de se implantar no Brasil medidas redistributivas que retirem das elites recursos para serem transferidos aos mais pobres. (PEREIRA, 2006, p. 243).

Nesse sentido, nota-se que a grande questão brasileira no que se refere à pobreza é a desigual distribuição de renda. Pereira; Amorim (2010) endossam esse argumento apresentando que a eliminação da pobreza no Brasil, não diz respeito à escassez de riqueza, mas sim “na capacidade da sociedade em organizar-se em prol da justiça distributiva.” (p. 141).

A pobreza não é um fenômeno natural e sua existência não é devido à teoria de Malthus de um grande crescimento populacional e insuficiência nos meios de produção e alimentação, o modo de produção capitalista consegue sim produzir o suficiente para não existir pobreza, o problema está, na questão já dita anteriormente, na errônea distribuição de renda.

Além disso, a pobreza, de acordo com Pereira (2006), nunca foi considerada prioridade nacional.

Além disso, o Brasil adotou uma política de desenvolvimento extremamente dependente, associada ao capitalismo internacional, que excluiu grande parte da população do acesso aos frutos do desenvolvimento econômico. E esse quadro continua a preponderar na atualidade, agravado pela expansão planetária do modelo socioeconômico neoliberal, com sua mitologia do livre mercado e da livre competição e, conseqüentemente, com o afastamento do Estado das suas responsabilidades de proteção social. Em vista disso, as políticas sociais voltadas para o enfrentamento da pobreza não visam propriamente erradicá-la, mas sim, minorar suas facetas mais chocantes e ameaçadoras para a estabilidade social. (PEREIRA, 2006, p. 247).

De acordo com a autora, o que se tem hoje no Brasil⁴, são políticas parcas, focalizadas a atender apenas o mais pobre daqueles que já são pobres, tendo-se assim uma inefetiva proteção social, pois ao atender apenas os mais pobres, a camada populacional

⁴ A autora escreveu seu artigo no ano de 2010 e mesmo 12 anos depois, os apontamentos são ainda recentes.



que encontra-se também na pobreza, ao não ser atendida pela proteção social, acaba por empobrecendo mais ainda tendo-se assim um aumento no contingente dos mais pobres. Ainda, é importante pontuar que os pobres não são parasitas ou aproveitadores de recursos do governo, sua realidade devastadora demonstra que essas pessoas a todo momento estão na busca de estratégias de sobrevivência. (Pereira, 2006).

É neste panorama de desigualdade social, desemprego e pobreza, que as expressões da “questão social” se acentuam, fazendo com que haja uma demanda cada vez maior de profissionais assistentes sociais para atuar no âmbito das políticas sociais.

AS POLÍTICAS SOCIAIS

Importante destacar uma breve introdução sobre a necessidade de políticas sociais, principalmente no modo de produção capitalista. Considerando a relação inconciliável de classes, o despertar político da classe trabalhadora (questionando especialmente as péssimas condições de vida e de trabalho marcadas pelo pauperismo) irá suscitar a reação da classe conservadora. Para atender as reivindicações do operariado, visando a reprodução da ordem burguesa, o Estado passa a desenvolver um conjunto de medidas sociais e econômicas: as *políticas sociais*. O Estado passa a articular e submeter as políticas sociais aos interesses e necessidades das políticas econômicas. Saviani (2011) afirma que a necessidade da política social decorre do caráter anti-social da política econômica.

Segundo Netto (2011, p. 31): A “funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e controle da força de trabalho”, ou seja, as políticas sociais estatais visam a tornar disponível e operável a mão de obra. Conforme Guerra (2000), no projeto burguês de reformar conservando, o Estado lança mão de uma estratégia histórica de controle da ordem social, as políticas sociais. Dado o caráter reformista e integrador, uma das funções da ordem burguesa é: reproduzir as relações capitalistas de produção.

O Estado desempenha papel fundamental na reprodução do capitalismo, à medida que passa a intervir na sociedade por meio de políticas sociais que garantem as condições mínimas de reprodução da vida dos trabalhadores.

Alguns “revisionistas” da teoria marxista propõem reformas graduais no sistema capitalista, defendendo que com elas seria possível chegar a uma nova ordem social. As políticas sociais são algumas das formas de se “reformar o Estado”. É imprescindível dizer que as propostas da burguesia para sanar os problemas decorrentes do pauperismo esbarram em estreitos limites. O Estado é o Estado da classe dominante e vai agir no



sentido de garantir os seus interesses.

As políticas sociais são desempenhadas pelo Estado, mediante reivindicação da classe trabalhadora, todavia, somente na medida em que podem ser revertidas em favor do próprio capital. A política social não visa a “resolução” da questão operária, pois resolvê-la implicaria solucionar a questão central, (relação capital x trabalho). As políticas sociais não rompem o vínculo entre trabalho explorado/assalariado e acumulação privada - para isso seria necessário suprimir o sistema. A política social visa minimizar os problemas causados por esta relação, seja para a continuidade da acumulação de capital, seja para a reprodução da classe trabalhadora. Elas garantem apenas o mínimo necessário à subsistência e não alteram as relações de produção e a divisão da sociedade em classes. Neste sentido agindo diretamente na reprodução social da classe trabalhadora age também na viabilização da acumulação assinalando assim suas funções e limites dentro do sistema capitalista. (LUXEMBURGO, 2015).

É isso que expressa a tensão que envolve o campo das políticas sociais. As relações são atravessadas por contradições, confrontos e conflitos. O fato das políticas sociais serem funcionais ao capitalismo não significa dizer que são naturais do sistema, dado que decorrem da luta de classes, sendo que o Estado responde às reivindicações em maior ou menor medida à medida da sua funcionalidade para o sistema e a depender do ciclo de crescimento ou crise⁵ do sistema.

Apesar de melhorarem significativamente as condições de vida da classe trabalhadora, não se pode esquecer os princípios básicos da teoria marxista: uma vez que o sistema atinge o seu apogeu, o capital inicia uma fase decrescente e, a redução de salários e o acirramento dos direitos sociais são os principais meios de impedir a diminuição da taxa de lucro. Assim, ao passo em que o capital entra em crise, as políticas sociais passam rapidamente a serem alvo de agenda regressiva. Acreditar desta maneira que as reformas possam ser um fim, é desconsiderar, as fases cíclicas que o capitalismo vivencia conforme nos explica a teoria marxista. Portanto, depositar nas políticas sociais a esperança de que por meio delas se possa chegar a outro sistema político é no mínimo uma utopia. Vale lembrar, que a libertação da classe explorada só é possível por meio da revolução e da supressão do aparelho governamental.

Apesar de serem reivindicadas pela classe trabalhadora, as políticas sociais, não são o “interesse fim”. A melhoria das condições de vida dos trabalhadores é fundamental, todavia, com base na teoria marxista, o interesse da classe trabalhadora é acabar com a exploração, o trabalho assalariado, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida,

⁵ Sobre as fases e ciclos do capitalismo ver: O capital, livro III de Karl Marx; O Capitalismo sua evolução, sua lógica e sua dinâmica, de Paul Singer.



ou seja, com o sistema que a gera.

A efetivação das políticas sociais não implica apenas na imposição dos interesses de uma classe – nem mesmo a classe com maior influência. Ainda que prevaleçam os interesses da classe mais influente, as políticas sociais são o resultado de relações, conflitos e contradições, resultado das pressões e movimentos sociais dos trabalhadores no sentido de melhorar as condições de reprodução da vida social

Diante dos desdobramentos da sociedade capitalista em sua fase monopólicia⁶, as expressões da “questão social” se configuram enquanto alvo da administração do Estado por meio de políticas sociais e enquanto espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social.

Neste sentido entendendo que, como afirma IAMAMOTO (1998, p. 58), “a questão social explica a necessidade de políticas sociais”, estas colocam-se como demandas para os profissionais da área, especialmente como estratégia adotada pelo Estado na relação entre classes:

Uma interpretação da questão social como elemento constitutivo da relação entre o Serviço Social e a realidade, tendo como mediação as estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado e pelas classes – o que envolve a política social como elemento central. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 53).

A política social, portanto, tem estreita ligação com o Serviço Social, e como afirma GUERRA (2000, p. 07) “como espaços de intervenção profissional, atribuem determinadas formas, conteúdos e dinâmicas ao exercício profissional”.

Deste modo, é possível afirmar que o Serviço Social faz parte das estratégias utilizadas pelo Estado para o enfrentamento das expressões da relação capital x trabalho, por meio de políticas sociais. Com a finalidade de preservar, controlar a força de trabalho e garantir a efetivação do objetivo da maximização dos lucros.

Ainda que surgindo no universo das práticas reformistas integradoras que visam controlar e adaptar comportamentos, moldar subjetividades e formas de sociabilidade necessárias à reprodução da ordem burguesa, de um lado, e como decorrência da ampliação das funções democráticas do Estado, fruto das lutas de classes, de outro, o Serviço Social, entretecido pelos interesses em confronto, vai ampliando as suas funções até colocar-se no âmbito da defesa da universalidade de acesso a bens e serviços, dos direitos sociais e humanos, das políticas públicas e da democracia. (GUERRA, 2000, p. 14).

Finalmente a discussão sobre as possibilidades e ou tentativas de políticas reformistas nos mostraram, até agora, que há muitos reformistas para nenhuma reforma. As condições de vida da classe trabalhadora continuam de maneira geral reportando as bárbaras condições do século XVIII. Pobreza, fome, desemprego, violência, péssimas condições de transporte e habitação, acesso precário (quase inexistente) à saúde etc. A luta por melhorias das condições de vida deve ser uma agenda constante, todavia não pode ser o horizonte.

⁶ Para maiores informações consultar Netto, 2011: Capitalismo Monopolista e Serviço Social, especialmente o item: Estado e “Questão Social” no capitalismo dos monopólios.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a produção do presente artigo foi possível identificar uma grande e insuprimível contradição, principalmente no que concerne às políticas sociais. Se por um lado temos a classe trabalhadora, alvo central das expressões da “questão social” a qual necessita de uma política social que atenda às suas necessidades básicas de sobrevivência e que por isso demanda do Estado a atuação no âmbito social, tem-se por outro lado uma classe burguesa, detentora dos meios de produção e conseqüentemente do Estado, sendo seu único objetivo expropriar ao máximo a força de trabalho do trabalhador, demandando um Estado mínimo e a maximização de seus lucros.

Constata-se que o Estado é um comitê executivo da burguesia, o qual realiza seus interesses de forma a manter a reprodução do capital. Com isso, tem-se uma classe trabalhadora esgotada, empobrecida, visando a sua sobrevivência.

Ainda mostrou-se que a pobreza é uma questão latente no Brasil e no mundo, mas que a solução deste problema não encontra-se na eliminação da escassez, visto que o atual modo de produção capitalista consegue produzir meios e alimentos para a totalidade da população mundial, mas que devido à lógica deste mesmo modo de produção, há uma desigual distribuição de riquezas para que assim se mantenha a burguesia no topo da sociedade, a pobreza é eficaz para que os ricos sejam mais ricos ainda.

E, portanto, são nestas expressões da “questão social” que surgem as políticas sociais como respostas às condições de miserabilidade da classe trabalhadora, porém políticas que amenizem as estas condições, mas que continuem reproduzindo as dimensões do capital. Por isso, sendo políticas focalizadas, seletivas e na perspectiva de uma crise mínima, é a área que mais sofre cortes orçamentários para atender às demandas do capital financeiro.

REFERÊNCIAS

BEHRING. Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social** – fundamentos e história. 9º ed. São Paulo, Cortez, 2011.

CASTELO. Rodrigo. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. *In: Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, vol 20, nº 01, jan-jun 2010. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/economia-politica-2016.1/rodrigo-castelo-marx-engels-e-a-questao-social>> Acesso em 24 de fev. de 2022.

ENGELS, Friedrich. Barbárie e civilização. *In: A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Editora Escala; 2009. p. 195-219.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

GUERRA, Yolanda, A instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In: Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais* - “Capacitação em Serviço Social e Política Social” - Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>> Acesso em 28 de fev. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo. Cortez, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. 3ª edição, São Paulo, Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; O processo de acumulação do capital, cap XXI. *In: O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. *In: Revista em Pauta*, nº 19, 2007. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190/213>> Acesso em 26 de fev. 2022.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *In: Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Camila Potyara. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. *In: Ser Social*, nº 18, Brasília, Jan./Jun. 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22561/3/ARTIGO_PobrezaCausasInterpretacoes.pdf> Acesso em 28 de jan. de 2022.

PEREIRA, Camila Potyara; AMORIM, Álvaro André Santarém. Pobreza no Brasil e na América Latina: concepções restritas sobre realidades complexas. *In: Argumentum*, v. 02, nº 02, Vitória-ES, Jul./Dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/949/689>> Acesso em 28 de jan. de 2022.

SAVIANI. Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 4. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2011.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. *In: Revista Sociologia e Política*, nº 23. Curitiba-PR, nov. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/mmW4c4THp9XDfXjt9mxGSqM/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 26 de jan. de 2022.